



16 de maio de 2017 - ed. 627

Gestão de riscos e a administração pública

A gestão de riscos visa identificar, tratar e evitar dificuldades para concretizar os objetivos da administração. O tema foi tratado na tarde dessa segunda (15) no 4º Encontro de Gestores, realizado na Sala de Conferências do STJ, no edifício Ministros I. Nesse encontro, três entidades da administração pública apresentaram suas experiências na área.

Na abertura, o assessor-chefe da Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica (AMG), Luiz Otávio Borges, agradeceu aos convidados e gestores que participaram do encontro e destacou a importância de amadurecer a cultura de gestão de projetos na administração pública.

“Um dos objetivos dos Encontros de Gestores é criar uma rede que permita a troca de experiências e mútuo apoio. Quando recebemos convidados, temos a chance de ampliar essa rede para fora dos limites do STJ”, destacou.



Três linhas de defesa

A primeira palestra foi do diretor de Riscos, Controles e Conformidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o auditor federal Claudenir Brito Pereira. O auditor destacou que as estruturas e os temas tratados pela STN são complexos e a criação da diretoria de riscos é recente.



“Ainda há um pouco de dificuldade para gestores e servidores visualizarem, mas tem havido um grande esforço de conscientização”, avaliou. Um desafio é que a STN é um órgão pouco burocratizado, onde decisões são tomadas de forma rápida. “Há resistência a normatizações, mas a gestão de riscos tem mostrado resultados”, constatou.

Uma das metodologias apresentadas foi a chamada “Três Linhas de Defesa”. A primeira seria os controles internos da própria gestão de um projeto. “Eles são os donos do processo e conhecem bem as normatizações. É um primeiro controle muito importante”, detalhou Claudenir Brito.

A segunda linha é gestão de riscos operacionais e de negócios, que garante a conformidade com leis e eficiência. “A segunda linha pode ser exercida pelo próprio órgão onde gestor está. Ela faz supervisão da primeira”, ponderou. Já a terceira é da auditoria interna, como a da Controladoria Geral da União (CGU). O auditor garantiu que as três linhas devem trabalhar juntas para garantir uma boa gestão de riscos.

Operação de guerra

A apresentação seguinte foi a do coordenador de Monitoramento de Riscos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Vanderlei dos Reis Silva. Ele destacou que o instituto é responsável por várias pesquisas e diagnósticos que subsidiam o Ministério da Educação.



Uma das provas mais conhecidas do Inep é o Enem. “O Enem é uma verdadeira operação de guerra. É o segundo maior exame acadêmico estudantil do mundo, só perde para o da China. No ano passado, tivemos 8 milhões de participantes”, exemplificou.

Segundo Vanderlei dos Reis, hoje a gestão de riscos é incorporada ao planejamento e monitoramento de eventos, o que permite um melhor controle. “Mantemos o controle desde a inscrição até o resultado final, pois temos um risco em particular grande: que as provas vazem antes da divulgação de resultados”, observou.

Outra atividade exercida pela coordenadoria é o acompanhamento da mídia e da internet. “Isso permitiu evitar contratempos, por exemplo, com as cheias em Santa Catarina ou a ocupação das escolas pelos protestos estudantis”, concluiu.

Estratégias

A última apresentação foi dos servidores da Controladoria Geral do Governo do Distrito Federal, Paulo Ribeiro Lemos e Rodrigo Gonçalves. Paulo Ribeiro informou que, entre outros desafios na administração para implementar a gestão por riscos, estão a alta rotatividade de cargos estratégicos, mudanças estruturais e ineficiência estratégica. “Fazíamos diagnósticos do que já havia acontecido e não conseguíamos evitar que os problemas se repetissem. Mudamos o enfoque e começamos a ser proativos”, recordou.



Rodrigo Gonçalves declarou que passaram a usar o modelo IA-CM, elaborado pelo Banco Mundial, uma matriz de cinco níveis, com diversos procedimentos chaves que mostram um passo a passo da gestão por riscos.

“No futuro, o Banco Mundial deve exigir que esse sistema esteja implantado para liberar recursos. Isso é um forte argumento para manter uma estrutura de gestão por riscos”, considerou. Segundo ele, outra estratégia foi estabelecer marcos legais como decretos e portarias para cristalizar essas estruturas.

Opinião

Uma das participantes do encontro foi Fernanda Klarmann Pôrto, servidora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI). Ela afirmou que esses eventos são muito importantes para conscientizar os servidores e gestores das melhores práticas de gerência, como a gestão de riscos.



“Eu não conhecia os métodos apresentados e esse encontro foi uma grande oportunidade para obter novos conhecimentos”, aferiu.



Fotos: Gustavo Lima